



| | |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PROCESSO | 23.798-1/2015 |
| ASSUNTO | REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA |
| PRINCIPAL | ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO |
| RESPONSÁVEIS | DEPUTADO ROMOALDO ALOÍSIO BORACZYNSKI JUNIOR DEPUTADO MAURO LUIZ SAVI VALDENIR RODRIGUES BENEDITO MARIO KAZUO IWASSAKE ADILSON MOREIRA DA SILVA TIRANTE CONTRATADORA E CONSULTORIA LTDA |
| RELATOR | CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI |

RELATÓRIO

1. Trata-se de Representação de Natureza Externa objetivando a apuração de indícios de irregularidades relacionadas à Concorrência nº 004/2013 e ao Contrato nº 001/SCCC/ALMT/2014, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – ALMT e a empresa Tirante Construtora e Consultoria Ltda.
2. No curso do processo, destaquei que esta representação foi objeto de decisão plenária, a qual, por meio do Acórdão nº 934/2023 - PV¹, acolheu e deu provimento ao Embargos de Declaração opostos pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, resultando na alteração do item 2 do Acórdão nº 455/2023 – PV, que declarou a nulidade dos termos do Acórdão nº 299/2018 – TP, e determinou o retorno dos autos à fase inicial de instrução para a citação da ALMT na condição de parte interessada e responsável.
3. Na sequência, com o regresso à fase de instrução inicial, revisei o desenvolvimento dos atos processuais e respectivos recursos, e observei que a data de sua autuação remete a 09/10/2015², enquanto a decisão condenatória recorrível foi publicada em 21/08/2018³, portanto, transcorridos mais de cinco anos desde a prática do último ato passível de interrupção da prescrição até a presente data.

¹ Doc. Digital 269924/2023

² Doc. Digital 191667/2015

³ Doc. Digital 163731/2018





4. Remetido os autos ao Ministério Público de Contas, foi apresentado o Parecer nº 281/2024, de lavra do Procurador-geral de Contas Alisson Carvalho de Alencar, em que sugere a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal com resolução de mérito, em razão do transcurso do prazo prescricional, interrompido em 21/08/2018 por decisão condenatória recorrível.

5. **É o relatório.**

Cuiabá, 13 de junho de 2024.

(assinatura Digital)⁴
CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI
Relator

⁴ Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

